



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
16 DE JUNHO DE 2020 - Nº 10/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António da Conceição Moreira e Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata nº 08/2020 – reunião realizada no dia 06/05/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata nº 09/2020 – reunião realizada no dia 28/05/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 03 – Proposta - Aprovação da Versão Final do “Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação Espaço Público do Município de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----





Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 04 – Proposta – Aprovação da Versão Final do “Projeto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 05 – Proposta – Concurso Público Nº 03/CCE/2020 – Celebração de Acordo Quadro para a Aquisição de Serviços de Manutenção de Campos de Relvado Sintético.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 06 – Celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos-Almoços).-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 07 – Proposta – Substituição de Dívida Através da Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 658.903,88€.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 08 – Proposta – Aumento Temporário do Fundos Disponíveis no Mês de Junho 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----



Ponto 09 – Proposta – Contrapartida do Município para Compensar os Operadores Rodoviários pela Realização de Serviços Públicos Essenciais, no Âmbito da Pandemia Covid 19.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram nove horas e quarenta e cinco minutos e cumprimentou todos os presentes. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Presidente começou por prestar algumas informações dando nota da evolução da pandemia covid 19. Disse que se mantém a mesma situação desde há algumas semanas, ou seja existem dois casos ativos, oito recuperados e um óbito. Relativamente aos dois casos ativos, estes mantêm-se há cerca de um mês, mas não apresentam sintomas, embora com testes positivos. Destacou o facto de não existirem casos de transmissão comunitária, intra-concelhia, nesta fase de desconfinamento e de retorno progressivo a situações de maior normalidade, devendo-se manter um conjunto de práticas e comportamentos que possam contribuir para que a doença não se propague. Informou ainda que os serviços do criados pelo Município para fazer face à epidemia e à sua propagação foram sendo adaptados às necessidades da população. Quanto aos serviços de atendimento o objetivo será a retoma progressiva da normalidade, embora ainda com algumas limitações.-----

---Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais da autarquia.-----

---Interveio a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes e agradeceu o reporte do Presidente sobre a situação da pandemia. Referiu que os dados continuam a ser positivos e que se tudo se mantiver nesta linha, continuará a haver uma evolução no mesmo sentido. Mostrou

alguma preocupação pela situação da pandemia na Área Metropolitana de Lisboa, considerando que há muita gente do Ribatejo a deslocar-se para a capital para trabalhar, nesta fase de desconfinamento. Afirmou que, aparentemente a situação está a ser acompanhada a nível nacional, deixando uma nota que se vai agora atravessar um período mais calmo na região do Vale do Tejo, mas que no inverno a situação pode piorar tendo todos de ter a noção que os cuidados que existem hoje vão ter de se manter durante mais tempo, sobretudo para os mais idosos. Colocou de seguida uma questão relativamente à retoma económica e ao apoio às empresas, deixando uma sugestão para a criação de um Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico que congregasse representantes de várias estruturas que são parceiras do Município e que com ele trabalham diariamente, desde as empresas à Segurança Social, ao Instituto do Emprego, as escolas e outras entidades. Entendeu que o município beneficiaria com a participação destes agentes que estão no terreno, também com a participação dos principais sindicatos do distrito, que conhecem as dificuldades e as oportunidades e que podem trazer um conjunto de propostas interessantes. Lembrou que vamos passar por tempos difíceis, com questões de empregabilidade e de desenvolvimento das empresas, do financiamento e da sua evolução. Perguntou se a aplicação do Município (APP) está disponível, uma vez que não a consegue descarregar. Fez a sugestão do aproveitamento da APP para a publicitação do que se vai decidindo pela Câmara, achando que seria interessante que a aplicação desse algumas diretivas que ajudassem quem nos visita a procurar o que temos para oferecer. Deu conhecimento de uma situação que já não é nova, relativamente à descarga de resíduos de obras, de detritos e de alguns monos, numa zona contígua ao espaço da Reserva. Pretende saber se o Executivo tem consciência que continuam a ser feitas descargas naquele local e da necessidade de se criarem alternativas. Referiu que a recolha de monos funciona bem e perguntou se há alguma coisa pensada para aquela situação. Relativamente aos danos causados em veículos na obra do Mercado Municipal, perguntou se houve alguma evolução, considerando que foi abordada por alguns proprietários de veículos e, aparentemente, a situação não está resolvida. Questionou de seguida se as obras da Vala de Alpiarça estão suspensas ou se continuam, sendo que a sensação que tem é que uma das margens não está a ser limpa. Perguntou também se a colocação de pedra nas margens, que do ponto de vista visual acha bastante agradável, permite a salvaguarda da flora e outras espécies.



Colocou ainda uma questão sobre o Regulamento da Barragem, tendo o Vereador Carlos Jorge Pereira dito que vai entregar a proposta de Regulamento para ser discutida na próxima Reunião de Câmara. Recordou ainda a Sra. Vereadora que neste momento de crise desta pandemia, que trará dificuldades económicas a algumas famílias, um dos problemas é o aumento de animais abandonados, o que se pode transformar numa situação preocupante e quis saber qual o ponto de situação relativamente às obras do canil e ao seu funcionamento.-----

---Pedi a palavra o Vereador António Moreira, que começou por cumprimentar os presentes na reunião e colocou uma questão relacionada com o início das aulas presenciais na Escola EB 2,3/Secundária considerando que este processo poderá ser de aprendizagem para o próximo ano letivo, pretendendo saber se está tudo a correr bem ao nível das escolas e se os alunos têm cumprido as regras exigidas pelo Agrupamento e pela DGS. Perguntou se, de uma vez por todas, não seria viável resolver o problema da sinalização de trânsito em Alpiarça. Referiu que se põem sinais e postes e depois retiram-se os sinais ficando os postes vazios, noutros locais retiram os sinais que ficam abandonados no chão e sugeriu a formação de uma comissão de trânsito que fizesse a sinalização correta na vila. Acha que a situação de pandemia não pode servir de desculpa para que algumas ruas da vila estejam sem ser varridas há semanas, dando o exemplo da Avenida da Casa do Povo, rua onde passam muitos jovens e idosos. Perguntou pelo ponto de situação das obras das Águas do Ribatejo na zona da Barragem, se já estão prontas e se já estão a funcionar. Lembrou que há uns tempos foi anunciado na internet a questão dos balneários do estádio, o que o deixou bastante satisfeito, mas o que se verificou foi que foram retirados os balneários velhos e que agora existe ali uma lixeira. Perguntou ainda pela situação do canil e do projeto de esterilização de animais errantes, que lhe parece ser de alguma importância. Disse que não consegue perceber como se deixa morrer o jardim da biblioteca e falou concretamente do lago que acha que está podre, numa zona que se deseja aprazível, onde as pessoas passam muito tempo naquele jardim, que é bastante agradável.-----

---O Presidente respondeu às questões colocadas. Relativamente à evolução da pandemia entende que a situação merece toda a atenção, tendo todos que estar prevenidos, através da própria ação do Município na garantia de equipamentos de proteção individual, num esforço conjunto com outros municípios da região, que permita uma resposta eficaz, mas também ao nível dos





comportamentos e da própria intervenção do Município nas várias realizações. Coloca-se aqui sempre a dúvida até onde se pode retomar a sua iniciativa e a sua intervenção em relação aos eventos e às iniciativas de âmbito cultural e desportivo, obrigando a uma avaliação quase diária ou semanal, o que acontece em relação ao Festival do Melão e à Alpiagra, onde não há ainda qualquer decisão. Fez referência à situação de alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, muito ligadas a concentrações de unidades de produção, de plataformas logísticas, sendo aí que a situação se tem vindo a agravar, em contra ciclo com o que se passa na generalidade do país.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona lembrou que a zona da Azambuja teve algum impacto no nosso Distrito.-----

---O Presidente confirmou que há muita gente da nossa zona que trabalha na região de Lisboa e o que temia era que esse impacto fosse muito maior, sinal que as medidas tomadas funcionaram e foram eficazes a vários níveis. Em relação ao apoio às empresas disse não ter qualquer reserva à participação das pessoas mas tem alguma resistência às comissões formais. Entende que as estruturas mais formais dos Conselhos Municipais ou de Comissões Municipais não são muito eficazes porque se tornam demasiado formalistas. Acha que uma estrutura com uma lógica de funcionamento próxima de uma comissão daquele tipo mas com uma composição mais flexível, faz todo o sentido. Recordou no entanto que os tempos que se têm vivido não têm sido propícios a isso, pelo contrário, afastam as pessoas até do contacto pessoal, por mais que os meios tecnológicos tenham ajudado a ultrapassar as distâncias. Lembrou os vários contactos feitos com o tecido económico alpiarcense e com os agentes na área da produção, do comércio e outros e que vai continuar a ser feito, até para promover negócios nas áreas que reabriram e também para perceber a situação das empresas. Sublinhou que nestes casos faz sentido um grupo deste tipo, que pode não estar dedicado só a este contexto e à contingência atual, mas que possa contribuir no futuro para outras políticas de desenvolvimento. Sobre a questão dos monos comentou que mesmo com a informação do serviço de recolha, com a colocação de outdoors junto dos contentores, informação através das redes sociais e em papel, continua-se a ver sofás, televisões, frigoríficos, etc., junto aos contentores do lixo, o que acontece também noutros concelhos. Relativamente à Escola, a informação que tem é que as coisas estão a correr bem, tendo havido na primeira fase do reinício das aulas um acompanhamento mais próximo por parte da Câmara, o que



aconteceu também com o pré-escolar e com com o prolongamento de horários. Referiu que se colocou um problema objetivo ao nível dos transportes, onde existiram algumas dificuldades, superadas pelo trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal e pelos vários Municípios junto da Rodoviária do Tejo, para que fossem realizados os transportes dos alunos, uma vez que se tratava de um serviço essencial. Deu nota que todos os alunos ficaram com transporte garantido, inclusivamente em duas ou três situações que não tinham o horário desejável, tendo nestes casos a Câmara garantido o transporte, que não era da sua responsabilidade. Respondeu ainda à questão da Estação de Tratamento das Águas do Ribatejo, esclarecendo que a obra está concluída e que antes da pandemia estava já a ver com o Diretor Geral e com o Presidente do Conselho de Administração da empresa, a inauguração da nova Estação de Tratamento e com a possibilidade da presença da Sra. Secretária de Estado do Ambiente, pretendendo-se fazer agora uma cerimónia simples de abertura oficial da Estação de Tratamento.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira respondeu de seguida a algumas questões. Começou por se referir à questão da APP do Município informando que esta está a funcionar, podendo-se encontrar informação muito variada sobre o Concelho. Relativamente às descargas de restos de obras nas traseiras da Reserva do Cavallo Sorraia, disse que há sempre o cuidado em verificar e, se for o caso, retirar. Sublinhou que é importante que as pessoas contactem os serviços da Câmara, para que se possa fazer a recolha desses materiais. Lembrou que se têm encontrado restos de obras dentro dos contentores, que acabam por danificar o carro do lixo. Sobre as obras da Vala informou que não estão paradas, tendo recebido recentemente o relatório da empresa relativo aos trabalhos efetuados. Deu nota que os trabalhos estão a decorrer normalmente, faltando alguns troços, sendo ainda feita a limpeza do leito da Vala em toda a sua extensão. Relativamente às pedras de enrocamento, disse que o processo da Vala está a ser executado de acordo com as instruções da APA. Disse também que todos os locais que vão levar pedra, para sustentabilidade das margens, estão devidamente assinalados desde o início do projeto. Recordou ainda que há uma empresa independente que está a fiscalizar todo o trabalho efetuado, desde a limpeza, o corte das árvores, a manutenção, etc.. De seguida o Vereador entregou a todos o projeto de Regulamento da Barragem, que será discutido na próxima Reunião de Câmara. Relativamente às obras do Canil transmitiu que o Caderno de encargos e o Programa de Concurso estão feitos e

brevemente será colocado na plataforma para o processo concursal. Em relação às questões do Vereador António Moreira disse que na passada semana a Avenida da Casa do Povo foi toda varrida e a relva dos canteiros foi cortada e regada. Acrescentou que é natural que não haja pessoal para limpar as ruas todos os dias e que o Jardim da Biblioteca está cuidado, está lavado e tem água nova, podendo haver um período que não seja feita a manutenção, mas não correspondem à realidade, na maior parte do tempo, as afirmações do Vereador António Moreira. Admitiu que as exigências são muitas, por vezes não é possível chegar a todo o lado e muitas das situações poderão acontecer por esse motivo. Considerou que não há descuido nem desleixo, o que há é muitas das vezes a impossibilidade de realizar alguns trabalhos dois ou três dias antes do desejável. Salientou ainda que os funcionários não se descuidam com essas situações. Afirmou que se compararmos o Concelho de Alpiarça com outros Concelhos à volta, não nos envergonhamos nem envergonhamos a população de Alpiarça em termos de limpeza.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona observou que a questão é se podemos melhorar ou não e reconheceu que por vezes apresentam aqui situações críticas que se verificam em todo o lado, não sendo específicas daqui.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira respondeu ainda à questão das esterilizações, dizendo que não foram ainda feitas nenhuma e que se está à espera de instruções para se poder concorrer.-----

---O Vereador António Moreira pediu a palavra para dizer que há coisas sobre as quais não pode deixar de mostrar a sua indignação, sendo este um direito que lhe assiste, enquanto cidadão e enquanto Vereador, daí a razão de chamar a atenção para várias situações. Reiterou que o espaço da Biblioteca não foi limpo durante várias semanas, não lhe parecendo que aquele local mereça esse tipo de tratamento.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que por vezes também fica indignado pela forma como o Vereador António Moreira coloca as questões, normalmente num tom depreciativo.-----

---Usou da palavra o Vereador João Pedro Arraiolos, para prestar alguns esclarecimentos. Em relação aos danos causados nos veículos na obra do Mercado, disse que foi informado em reunião de Câmara que o Município fez a participação à Companhia de Seguros, visto ter havido algum atraso por parte da empresa que está a realizar a obra, e como dono da obra e em primeira instância, os primeiros responsáveis. Haverá depois que apurar as responsabilidades a quem de

direito. O Vereador transmitiu que ainda não se obteve a resposta da Companhia de Seguros, sabendo-se que, através da informação de alguns lesados, não houve assunção de responsabilidades por parte da Companhia e, se for esse o caso, terá de se agir judicialmente. Realçou ainda que há a lamentar junto dos lesados toda esta demora, na qual de forma involuntária, o Município é também corresponsável. Quanto à questão dos balneários informou que se está a desenvolver um processo para a realização de um conjunto de investimentos, onde se incluem os balneários, e que oportunamente será analisado. Deu nota que havia intenção de avançar este ano com meios próprios, tendo surgido alguns contratemplos e está-se agora a pensar em avançar através desse procedimento, com a integração dos balneários num conjunto de investimentos necessários para o Concelho, considerando que, felizmente já se baixou o nível de endividamento abaixo do limite máximo em quase três milhões de euros.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que considera, no mínimo incúria, para não dizer má fé, da parte da empresa que está a fazer a obra do Mercado, por não ter feito a participação à respetiva seguradora, relativamente a este incidente. Acha que o Município deve tirar ilações sobre a forma como a empresa se comportou nessa matéria, porque a responsabilidade da empresa era ter feito a participação logo quando foi instada para o fazer, uma vez que foi apresentada pelos vários proprietários de viaturas toda a documentação que servia para comprovar os danos nos seus veículos e que os danos eram provenientes daquela obra. Acrescentou que embora o Município seja o dono da obra não tem responsabilidade nos danos que sejam causados pela empresa concessionária do serviço a quem está atribuída a responsabilidade. Disse ainda que é para isso que se fazem os seguros de responsabilidade civil e a empresa deveria, no mínimo, ter feito a participação, sendo certo que esta não pode garantir se a seguradora assume ou não a responsabilidade. Afirmou de seguida que o Vereador João Pedro Arraiolos fez referência à abertura de um procedimento para fazer investimento onde se incluem os balneários e perguntou se se trata de um concurso para a realização de várias obras.-----

---O Vereador respondeu que passa por um empréstimo e que o procedimento será oportunamente discutido.-----

---O Presidente distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia quinze de Junho de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 1.170.436,05 Euros (um milhão cento e setenta mil, quatrocentos e trinta e seis euros e cinco cêntimos). Afirmou que compreende que pode haver por vezes um exagero ou uma certa tentação em procurar culpar a situação que se vive por todos os défices e falhas, o que não é desejável e em muitas situações não corresponde à realidade. Considerou no entanto que a situação do covid condiciona muita da prática regular das instituições e que quando o País assumiu através dos seus dirigentes políticos e dos órgãos de soberania que parava para conter a doença e as pessoas ficavam em casa, essa opção teve reflexos a todos os níveis e repercussões no dia a dia das pessoas e dos serviços. Acrescentou que o que acontece hoje em dia é que há muita gente que ficou em casa e alguns diziam até que era um perigo alguém andar a trabalhar na rua, mas por outro lado queriam que as ruas ficassem limpas, que a água chegasse a casa, que os buracos fossem tapados, que fosse distribuída comida em casa e muito mais. Reforçou a ideia de que mandar as pessoas para casa em confinamento tem repercussões, mas não tem dúvidas que face aos dados que haviam e aos riscos em termos sanitários, as opções tomadas foram as corretas. Recordou que há dificuldades de resposta que já se colocavam antes e que algumas foram ligeiramente agravadas durante este período, se bem que a este nível, é muito importante referir que se os serviços de saúde, as forças de segurança, os trabalhadores do setor privado em muitas áreas, estiveram na primeira linha do combate à pandemia, não há dúvida que os Municípios e os seus trabalhadores também estiveram, o que foi um dado importante em termos de resposta do País. Reforçou esta ideia com o facto de em muitos locais não existirem outras estruturas públicas que não sejam as freguesias ou os municípios a darem as respostas que se exigiam. Reconheceu que os trabalhadores da limpeza urbana ou da recolha do lixo, entre outros, foram os que estiveram sempre a trabalhar, com as devidas adaptações por força das circunstâncias.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----



Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata nº 08/2020 – reunião realizada no dia 06/05/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---Com algumas alterações propostas pela Vereadora Sónia Sanfona, o Presidente colocou a Ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata nº 09/2020 – reunião realizada no dia 28/05/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---Com algumas alterações propostas pela Vereadora Sónia Sanfona, o Presidente colocou a Ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 03 – Proposta - Aprovação da Versão Final do “Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

O Presidente disse que se trata de uma proposta para aprovação da Versão Final do “Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Alpiarça”, e que esta proposta já esteve presente numa reunião de Câmara, já foi à Assembleia Municipal e foi submetida a consulta pública, não tendo havido qualquer proposta de alteração. Será agora feita a aprovação em reunião de Câmara e remetida para a Assembleia Municipal para a aprovação final.--

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que fica claro que este regulamento não se aplica às questões de propaganda política ou de cariz sindical, o que se compreende. Na generalidade acha que o regulamento está conforme os requisitos legais para gerir este tipo de situações, tendo apenas uma questão no artigo oitavo, relacionada com a inscrição de mensagens que se podem entender como de cariz político e portanto de liberdade de expressão, mas com a





inscrição dessas mensagens numa estrutura municipal, o que aconteceu recentemente num muro do município. Sendo completamente favorável a que todas as estruturas democráticas se possam pronunciar e colocar as suas mensagens da forma que entenderem, acha que há formas corretas de o fazer e outras que violam outros tipos de interesses que, do seu ponto de vista, são interesses mais valiosos, sendo possível passar essas mensagens sem estar a violar interesses de defesa do património. Referiu que, não estando essa questão diretamente regulamentada, no artigo oitavo onde se prevê a preservação e valorização dos espaços públicos, propôs que no numero dois, para além proibir a afixação, seja também proibida a inscrição de qualquer mensagem de publicidade.--

---O Presidente perguntou à Dra. Carla Borba, se havendo agora uma nova alteração implicaria voltar a haver uma nova consulta pública, tendo esta dito que não e que se podem na reunião introduzir alterações. Sendo assim o Presidente disse que não tem nada a opor à sugestão da Vereadora.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Aprovação da Versão Final do “Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação Espaço Público do Município de Alpiarça”, com a alteração sugerida pela Vereadora Sónia Sanfona no artigo oitavo, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Foi ainda deliberado remeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 04 – Proposta – Aprovação da Versão Final do “Projeto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Alpiarça”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente fez a apresentação da proposta, que seguiu os mesmos trâmites da proposta do ponto anterior, não tendo havido nenhuma proposta de alteração na consulta pública.-----

---Não havendo intervenções o Presidente colocou a Proposta de Aprovação da Versão Final do “Projeto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Alpiarça”, que foi aprovado por unanimidade.-----



Ponto 05 – Proposta – Concurso Público Nº 03/CCE/2020 – Celebração de Acordo Quadro para a Aquisição de Serviços de Manutenção de Campos de Relvado Sintético.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

---O vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta, que tem em vista a manutenção dos equipamentos referidos na proposta. Esclareceu que se propõe a aquisição de um serviço para a manutenção dos campos de futebol de cinco, dos campos de futebol de sete, dos campos de futebol de onze e também dos campos de ténis, conforme a proposta.-----

---Não houve intervenções. O Presidente colocou a Proposta de Concurso Público Nº 03/CCE/2020 – Celebração de Acordo Quadro para a Aquisição de Serviços de Manutenção de Campos de Relvado Sintético, à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 06 – Celebração de Acordo Quadro para Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos-Almoços).-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que se trata da ratificação de um despacho do Presidente. Disse ainda que um dos concorrentes solicitou um conjunto de esclarecimentos sobre as peças de procedimento e tendo em conta que nas questões colocadas, existia o pedido de retificação às peças de procedimento, que é da competência das Câmaras Municipais. Sublinhou que se propõe o indeferimento do pedido de retificação de peças, sustentando o seu entendimento com base na argumentação da presente informação e que se prorrogue o prazo para apresentação de propostas.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona fez um pedido de esclarecimento sobre o despacho, que foi esclarecido pelo Vereador João Pedro Arraiolos e pelo Presidente.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo o Despacho do Presidente sido Ratificado por unanimidade.



Ponto 07 – Proposta – Substituição de Dívida Através da Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 658.903,88€.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Remeter à Assembleia Municipal:

---O Presidente fez a introdução da proposta dando nota que se trata de fazer face à dívida que o Município de Alpiarça tem para com a Ecolézria, para que se possa liquidar a responsabilidade com a empresa, ajudando assim à sua saúde financeira e resolvendo este problema que de outra forma não seria possível.

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que foi estabelecido um acordo de pagamento no final do ano de dois mil e dezanove, com umas determinadas condições, sendo que na cláusula segunda do acordo de pagamento, a câmara municipal obrigava-se a procurar financiamento bancário ou outro com vista a proceder à liquidação da dívida. Realçou ainda que com este acordo e se se conseguir pagar a dívida toda de uma vez serão perdoados os juros de mora contabilizados. Anunciou que se trata de um procedimento que é vantajoso para todas as partes, para a Ecolézria porque consegue receber de uma só vez a dívida existente e para o Município que irá suportar menos juros. Esclareceu também que este procedimento está previsto na lei e que foram consultadas sete entidades bancárias, tendo respondido positivamente três entidades. Acrescentou que a Caixa Geral de Depósitos apresentou a proposta com a taxa de juro mais baixa. Anunciou ainda que desde janeiro de dois mil e dezanove a Câmara está a pagar regularmente o serviço à Ecolézria, na data de vencimento.

---A Vereadora Sónia Sanfona disse que uma vez que a solicitação do empréstimo vem na sequência desta obrigação já assumida, não lhe levanta nenhuma dúvida específica.

---O Presidente colocou de seguida à votação a proposta de Substituição de Dívida Através da Autorização para Contratação de um Empréstimo de Médio/Longo Prazo até ao Limite de 658.903,88€, tendo esta sido aprovada por unanimidade. Foi ainda deliberado remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Ponto 08 – Proposta – Aumento Temporário dos Fundos Disponíveis no Mês de Junho 2020.



Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que o aumento temporário de fundos disponíveis é um ato de gestão e um procedimento previsto na lei. Fez de seguida a leitura da proposta.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona fez um pedido de esclarecimento sobre os valores dos fundos disponíveis, tendo o Vereador João Pedro Arraiolos respondido.-----

---O Presidente colocou à votação o Despacho para Aumento Temporário do Fundos Disponíveis no Mês de Junho 2020, que foi ratificado por unanimidade.-----

Ponto 09 – Proposta – Contrapartida do Município para Compensar os Operadores Rodoviários pela Realização de Serviços Públicos Essenciais, no Âmbito da Pandemia Covid 19.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

---O Presidente disse que se trata de uma matéria que obrigou à intervenção da Comunidade Intermunicipal, enquanto autoridade de transportes e à negociação com as respetivas empresas, no caso com a Rodoviária do Tejo e a Ribatejana.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos mencionou que a proposta considera os transportes públicos como serviços essenciais, e que têm de ser mantidos os serviços mínimos necessários e imprescindíveis e assegurar a mobilidade dos cidadãos, promovendo também a sustentabilidade das empresas que executam este tipo de serviço. Fez a leitura da proposta, que vai no sentido da apreciação da presente informação tendo em vista a comparticipação de despesa no valor de oito mil e oitenta e quatro euros e dois cêntimos, para compensação aos operadores rodoviários, no âmbito da pandemia covid 19.-----

---Não havendo intervenções, o Presidente colocou à votação a proposta de Contrapartida do Município para Compensar os Operadores Rodoviários pela Realização de Serviços Públicos Essenciais, no Âmbito da Pandemia Covid 19, que foi aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----



ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

---Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram onze horas e cinquenta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

